

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.418 - SP (2019/0302799-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE PEREIRA MAGALHAES - BA033503
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : M J A DE O C (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de M J A DE O C apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2204782-71.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi representado pela suposta prática de ato infracional equiparado ao delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

No recebimento da denúncia, foi decretada a internação provisória do adolescente.

A defesa impetrou *writ* com pedido liminar na Corte local.

O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo*, nos seguintes termos (e-STJ fl. 96):

Destaque-se que a quantidade dos entorpecentes apreendidos 27 (vinte e sete) invólucros contendo maconha e as circunstâncias em que foi apreendido (foi abordado por policiais militares em atitude suspeita e na posse dos entorpecentes apreendidos fls. 44/45), indicam a gravidade da infração e a necessidade da firme atuação estatal, a fim de afastar o paciente do meio delituoso, **ainda mais por tratar de menor que já possui outros registros pela Vara da Infância e Juventude (fls. 33/42), revelando ausência de respaldo familiar adequado para evitar novas práticas infracionais pelo mesmo.**

Frise-se, ainda, que a Câmara Especial tem admitido em reiterados precedentes a possibilidade de ser determinada a internação de adolescente que pratica ato infracional equiparado ao tráfico de drogas observadas suas características individuais e as circunstâncias específicas que envolveram o ato infracional em análise. (Grifei.)

Superior Tribunal de Justiça

Na presente impetração, a defesa pugna, primeiramente, pelo afastamento do enunciado 691 da Súmula do STF.

Alega que "se trata de adolescente TOTALMENTE PRIMÁRIO, e o ato supostamente praticado não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa, razão pela qual seria incabível a aplicação da medida de internação, ainda que em virtude de uma sentença condenatória. Assim, a r. decisão viola os princípios da homogeneidade e da proporcionalidade" (e-STJ fl. 4).

Aduz que a "decisão que manteve a internação provisória do adolescente não demonstrou a necessidade imperiosa da medida e violou frontalmente o artigo 108, parágrafo único, do Estatuto da Criança" (e-STJ fl. 10).

Sustenta falta de fundamentação idônea para a decretação da medida de internação provisória.

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, que seja cassada a decisão que decretou a internação provisória do paciente.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal. [...]

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016)

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *writ* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

